

Saúde e desenvolvimentismo: interiorização da medicina e assistência médica no Piauí (1968-1975)

Jônatas Lincoln Rocha Franco¹

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa que relaciona o Piauí e os processos de modernização que ocorreram no Estado, especialmente, na cidade de Teresina (PI), durante os anos 1968-1975. Neste período, o Piauí continuou a experimentar um conjunto de intervenções em sua dimensão sanitária, em um processo que buscou ampliar a interiorização da medicina e oferecer assistência médica aos homens e mulheres que habitavam os espaços urbanos e rurais. Além disso, o Estado sofreu os impactos de alterações espaciais resultantes dos projetos de integração nacional e dos desejos do chefe do poder executivo local, Alberto Tavares Silva, relacionados com os ideais desenvolvimentistas vigentes no país, que podem ser observados a partir da construção de conjuntos habitacionais em sua capital. Os discursos produzidos pelos jornais da época, sobre as conjunturas políticas e socioeconômicas, são tomados também, como suporte para refletir sobre a situação sanitária do Piauí e o cotidiano das cidades. As fontes principais são alguns dos jornais que circulavam no Piauí como *O Estado*, *O Dia* e o *Jornal do Piauí*. Além desses toma-se o *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* que circulavam no Rio de Janeiro e *O Estado de São Paulo*, produzido em São Paulo. Teórica e metodologicamente, o texto se ampara em reflexões e categorias de autores como: Maria Stella Martins Bresciani, Sidney Chalhoub e Francisco Alcides Nascimento.

Palavras-Chave: Saúde; Desenvolvimentismo; Integração Nacional; Piauí

Abstract: This article is part of a research that relates Piauí and the modernization processes that took place in the State, especially in the city of Teresina (PI), during the years 1968-1975. During this period, Piauí continued to experiment with a series of interventions in its health dimension, in a process that sought to expand the internalization of medicine and offer medical assistance to men and women who inhabited urban and rural spaces. In addition, the State suffered the impacts of spatial changes resulting from national integration projects and the wishes of the head of the local executive power Alberto Tavares Silva related to the development ideals in force in the country, which can be observed from the construction of housing estates in your capital. The speeches produced by newspapers of the time, about political and socioeconomic circumstances, are also taken as a support to reflect on the health situation in Piauí and the daily lives of cities. The main sources are some of the newspapers that circulated in Piauí such as *O Estado*, *O Dia* and *Jornal do Piauí*. In addition to these, *Jornal do Brasil* and *Correio da Manhã* were circulated in Rio de Janeiro and *O Estado de São Paulo*, produced in São Paulo. Theoretically and methodologically, the text is supported by reflections and categories of authors such as: Maria Stella Martins Bresciani, Sidney Chalhoub and Francisco Alcides Nascimento.

Key-words: Health; Developmentalism; National integration; Piauí

**Health and developmentalism: internalization of medicine and medical assistance in
Piauí (1968-1975)**

¹ Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB-UFPI. Integra os GTs "Cidade, Tempo e Espaço" (DGP/CNPq), História das Ciências e da Saúde no Piauí - (SANA). E-mail: lincolnfranco1377@gmail.com

Introdução – A situação sanitária do Piauí *versus* operação progresso

A mortalidade geral, por ano, no Piauí, era estimada em 15 mortes por 1000 habitantes, índice superior em cerca de 50% ao apontado para o Brasil como um todo. O problema era tanto mais grave que aproximadamente 50% dos casos de morte estavam relacionados a menores de 5 anos de idade. A taxa de mortalidade infantil nesta faixa etária indicava a proporção de 200 por 1000 nascidos vivos. Quanto a mortalidade específica, a deficiente situação sanitária do Estado era responsável, em grande parte, pela situação encontrada. (TAVARES, 2018, p. 164)

A citação anterior foi encontrada no texto biográfico a respeito da figura do governador do Piauí, entre os anos 1971-1975, Alberto Tavares Silva. Os dados revelam uma grave situação no que se referia à assistência médica no Estado, indicando que os índices de mortalidade chegavam a assustadores 50% a mais do que a média do restante do país. Destacam-se os índices de mortalidade infantil veiculados pela fonte histórica consultada. Esses dados apontam para uma realidade recorrente que marcara o Piauí desde as primeiras décadas do século XX, que apesar da instituição de políticas públicas materno-infantis, entre os anos de 1930-1940, que visavam amenizar esse quadro, pode-se perceber que os números continuaram alarmantes até o recorte temporal investigado por esse texto.² Esses dados contrariam os desejos por um Estado que, ao menos no campo dos discursos, estava sendo alvo das políticas desenvolvimentistas e caminhando a passos largos em direção ao progresso. As informações contidas no fragmento textual ainda apontam como razão desses alarmantes números a deficiente situação sanitária no Piauí, nesse recorte temporal.

Mas que grupos sociais eram os mais afetados com a ausência de políticas públicas de saúde? A partir das fontes históricas consultadas e a produção historiográfica que já se debruçou sobre a temática, a população pobre acabara sendo a mais prejudicada nesse cenário. A historiadora Talita Kamache (2015) ressalta que os pobres eram acometidos por essas doenças devido, como já foi colocado, às más condições sanitárias e higiênicas em que esse grupo social era submetido. Essa exposição estava diretamente relacionada a falta de estrutura dos bairros, das residências entre outros.

A historiadora destaca ainda, que até mesmo a má alimentação contribuía para que esse grupo social passasse a ser considerado como uma classe perigosa para a elite política,

² Para ver mais: MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017. MORAES, Livia Suelen Sousa. **Saúde Materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

econômica e intelectual do Estado. (LIMA, 2015, p. 74) O presente artigo se debruçará sobre as condições do Piauí nesse recorte em que se desejou através de projetos governamentais estabelecer uma relação entre saúde e os ideais desenvolvimentistas. Buscar-se-á compreender ainda, a partir da análise das fontes históricas consultadas, as tentativas de interiorização da medicina e assistência médica no Piauí no recorte temporal investigado.

“Saúde para o desenvolvimento”: políticas de assistência médica no Piauí (1968-1975)

Enxergar os pobres como um perigo é algo recorrente e amplamente trabalhado pela historiografia brasileira.³ No Piauí, a historiadora Regianny Lima Monte afere que essa relação foi, no decorrer dos anos, uma das representações com maior incidência nos estudos que tratavam sobre o tema. Os pobres seriam, dentro dessas interpretações, classes perigosas, “portanto um problema de ordem social a ser controlado”. A historiadora destaca que:

Em boa medida, esse problema era decorrente da pressão demográfica exercida pela chegada de migrantes a uma cidade cujo setor econômico encontrava-se estagnado, onde a oferta de empregos não acompanhava a demanda. Dessa forma, a imprensa exigia do poder público medidas enérgicas e emergenciais quanto aos problemas que comprometiam o projeto de transformar Teresina no cartão de visitas do Piauí, com o intuito de alterar para melhor a imagem que se tinha do estado. (MONTE, 2010, p. 100)

Para conter esse problema de ordem social, as elites políticas, econômicas e intelectuais, buscavam soluções para promover alterações que associassem as políticas desenvolvimentistas com os problemas sanitários do Estado. Em uma reportagem intitulada “a cidade ameaçada”, veiculada pelo jornal *O Dia*, na época um dos principais veículos de comunicação impressa de ampla circulação local, no dia 2 de março de 1972, expunha problemas que estavam assolando o Piauí e em especial a capital, Teresina. O articulista introduz seu texto ressaltando que tanto o “Estado como o município, nas mensagens apresentadas nas sessões de reabertura do legislativo, não esboçaram grandes obras de saneamento que pudessem dar uma ideia harmônica dos programas de infraestrutura comentado pelas administrações no curso do exercício de 1971”. (O DIA, 1971, p.1) O fragmento publicado pela reportagem é digno de destaque por dois traços. O primeiro deles é apontar a relação entre o governo estadual e a prefeitura municipal de Teresina. Uma das maiores críticas direcionadas a Alberto Silva se relacionava com o fato de o governador tratar

³ Para ver mais: SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 2.ed. São Paulo: HUCITRC, 1979. BRESCIANNI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

com maior ênfase a capital do que os demais 113 municípios que compunham o mapa do Piauí no período. O segundo elemento são as críticas direcionadas aos governantes da cidade e do Estado no que aludia a obras de saneamento básico, que no decorrer da reportagem se mostraram como deficitárias tanto no Estado como em sua capital.

O jornalista prosseguiu seu diagnóstico discorrendo a respeito das obras que vinham sendo realizadas, em especial, no que remetia ao abastecimento de água, que em suas palavras “também é parte fundamental do saneamento, os serviços foram muito mais amplos, em ambas as áreas governamentais”, (O DIA, 1971, p.1) ou seja, tanto o Estado quanto o município teriam executado obras que ampliaram o acesso ao abastecimento de água no Piauí. Entretanto, em sequência fora assinalada uma série de problemas que ameaçavam a saúde pública piauiense. O primeiro deles fazia referência ao sistema de escoamento que, na narrativa do jornalista, havia sido uma “negação, causando inclusive estranheza profunda visto ser o setor de esgotos e de galerias pluviais uma parcela própria do saneamento”, (O DIA, 1972, p.1) a falta de investimentos no sistema de escoamento provocava um problema maior: a impossibilidade de incluir programas de saúde, pois qualquer um deles seria deficiente além de constituir uma “incoerência técnica e administrativa antes de atentar contra os princípios da engenharia sanitária e da saúde pública”. (O DIA, 1972, p.1)

Na parte final da reportagem o articulista continua sua análise, referindo-se ao inverno que estava por chegar no Piauí, mas tratando com ênfase a capital. Nas palavras do jornalista apesar da alegria dos piauienses em receber as chuvas, havia um forte receio dos problemas que seriam acarretados pela falta de estrutura, chegando a “causar desabamentos e obstruções na periferia” de Teresina, novamente o grupo social que mais seria afligido pela falta de estrutura da cidade, ou em face das más alterações realizadas na malha urbana seriam os pobres. O articulista prossegue ressaltando que:

O problema não é inferior nos ramais domiciliares, que igualmente favorecem os alagamentos e inundações de residências. Depois da chuva tem a água estagnada motivando os focos de insetos e acrescentando as ameaças à saúde. A menor consequência é destinada ao tráfego, principalmente durante as chuvas que causam engarrafamento nas áreas alagadas. Teresina está assim desservida de um sistema de esgotos domiciliares e de escoamento público que possa oferecer a sua população a garantia de um inverno sem maiores transtornos. (O DIA, 1972, p.1)

A historiadora Talita Kamache (2015) salienta que o governo de Alberto Silva passou a conceder destaque às políticas públicas de saúde e saneamento, com maior ênfase no início da segunda metade de seu mandato. Kamache (2015) acentua que foi através do Programa de

Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste – PIASS, que foi implementado como um projeto que visava interiorizar as ações de saúde. Pode-se inferir, como principal benefício do PIASS, um esclarecimento da população que habitava no interior do Estado a respeito de diversos temas como: os cuidados com a saúde e os direitos relativos a ela. A historiadora destaca ainda que havia uma intensa procura pelos serviços de saúde em todo o Estado e essa assistência não se dava de maneira satisfatória. (LIMA, 2015, p. 51)

Nas mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, o governador considerava de “indisfarçável importância, porque isto dizia respeito à saúde dos piauienses, que desejamos hígidos e não doentes, que queremos trabalhando e não ociosos”. (PIAUI, 1971, p. 12) Os investimentos que seriam realizados no setor sanitário tinham como principal interesse proporcionar saúde para os trabalhadores, visando dar-lhes “condições de continuar em suas comunidades trabalhando e produzindo para o maior aceleração do desenvolvimento de caráter participativo no Estado do Piauí”. (PIAUI, 1971, p. 12)

Percebe-se que esses discursos tinham um vínculo direto com o pretense processo de modernização que ocorria no Estado, estabelecendo uma conexão já explorada entre as políticas higienistas e o intuito de manter a mão de obra dos trabalhadores.⁴ Kamache descreve em sua narrativa a associação intrínseca entre a saúde da população e desenvolvimento do Estado, e que era possível notar também uma relação entre a Secretaria de Saúde com a Secretaria de Obras Públicas, já que o governo de Alberto Silva colocara, ao menos no campo discursivo, como prioridade, a construção de hospitais e a reforma de outros, tornando assim “perceptível que o interesse em aumentar a rede hospitalar contribuía com o objetivo de colocar-se no rol das cidades desenvolvidas e modernas do país, onde um sistema de saúde bem organizado que supre as necessidades de seus habitantes é o ideal”. (LIMA, 2015, p. 118) Sobre a atuação conjunta entre o poder político e os discursos médico-sanitaristas, Nascimento ressalta que:

No mesmo governo houve a construção de um hospital com atividades voltadas ao atendimento de pessoas acometidas por doenças

⁴ Para Maria Stela Bresciani as projeções de cidades ideais se iniciam no século XVIII e permanecem até o século XX. Para a autora: “Os planos adquirem uma configuração mais relacionada aos problemas sociais. A intenção desses planos explícita, na maioria das vezes, a vontade de conciliar patrões e empregados numa relação em que, assegurada a rentabilidade do trabalho, com frequência o industrial, a jornada deixasse de ser uma carga insuportável em termos físicos e de alienação para o trabalhador”, ou seja, as cidades passaram a ser planejadas para conciliar os interesses das classes dominantes em relação as classes pobres, inclui-se a construção dos conjuntos habitacionais, que podem ser analisados a partir da relação entre a “noção de embelezamento, a duradoura relação entre o belo estético e a limpeza”. Para ver mais: BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. IN: CIDADE: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **História e Desafios** /, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

infectocontagiosas, percebendo-se, mais uma vez, a atuação do médico-sanitarista que orientou a intervenção do poder público no tecido urbano. (NASCIMENTO, 2007, p. 207)

No que diz respeito a construção do hospital com atividades voltadas para o combate as doenças infectocontagiosas, o governador revelava que “não é exagero afirmar que 60% dos óbitos, nesta capital, são causados por doenças infecciosas e parasitárias”, (PIAÚÍ, 1971, p. 12) ao tentar destacar obras que estavam sendo executadas, como o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas e Parasitárias de Teresina, Alberto Silva divulgou um dado alarmante que manifestava a falta de infraestrutura urbana no período, sobretudo no que se referia a rede de esgotos e o sistema de drenagem pluvial da cidade, ocasionando um número excessivo de óbitos na capital resultante dessas enfermidades.

FIGURA 1: população ribeirinha ameaçada por doenças estranhas



FONTE: *Jornal do Piauí*, 16 de julho de 1971, p.2.

Na reportagem publicada pelo *Jornal do Piauí*, em 16 de julho de 1971, o articulista indica que a população ribeirinha da capital do Piauí não escondia a sua preocupação diante dos problemas de saúde que vinham surgindo constantemente na região da beira do Rio Parnaíba. A figura 1, que acompanha a reportagem, apresenta uma criança agachada nas margens do rio, enquanto mulheres adultas trabalhavam, possivelmente como lavadeiras utilizando-se das águas do Parnaíba para tirar o sustento familiar.

Na continuação da reportagem o articulista do *Jornal do Piauí*, expõe um quadro preocupante sobre a situação dos moradores ribeirinhos na capital. O texto indicava que “doenças estranhas na pele veem atacando os habitantes, principalmente crianças”. Na

sequência do texto, é apontado que “os focos dessas doenças apresentam aparência de malária, mas os médicos revelaram que não é, pois, os tumores e as feridas que começam com coceiras são consequência da poluição do rio Parnaíba”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 2) Esse aspecto é relevante para a escrita do texto. As doenças que acometiam as populações ribeirinhas causavam estranheza a ponto de não haver um diagnóstico para elas. Kamache escreve um tópico sobre como as políticas de saúde que foram paulatinamente efetivadas no Piauí visavam combater as doenças da pobreza, assinalando as contradições entre o atendimento e a assistência médica aos pobres, e como isso refletia nos ideais modernizadores propagados pelas elites políticas, econômicas e intelectuais piauiense. (LIMA, 2015, p. 101) A historiadora salienta que:

[...] o pobre doente estava conseguindo atingir o rico intocável, disseminando suas doenças e fazendo a cidade moderna tomar ares de um vilarejo adoecido. Os jornais, ao mesmo tempo em que alarmavam a população com suas notícias e manchetes que assustavam o rico, que era quem tinha maior acesso os jornais, também informavam o porquê dessas doenças estarem a fazer parte do cotidiano da urbe teresinense. Chamando a atenção para a necessidade de se acabar com o que representava pobreza e tudo que era fator e desenvolvimento e disseminação de doenças contagiosas. (LIMA, 2015, p. 109)

O jornalista prossegue sua narrativa indicando que as doenças causadas pelo contato com as águas do rio era resultado da poluição provocada pelos despejos de esgotos na região do cais, que de acordo com a matéria, era o espaço onde “tradicionalmente era utilizado pelas lavadeiras”, e que brevemente poderia se tornar impróprio para o trabalho já que aquele espaço era “exatamente onde descem os resíduos de inúmeros esgotos que poluem o grande rio”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 2)

Em outro artigo, desta vez publicado no jornal *O Dia*, intitulado: “Teresina, progresso e poluição”, esses problemas igualmente são relatados: “têm-se a impressão de que a rede de esgotos não se compatibilizou com a dinâmica de expansão urbana tornando-se atrofiada para a demanda de crescimento, ou de que não existe o sentido de colaboração destinada a resguardar essas deficiências materiais do sistema”. (O DIA, 1971, p. 2) Sobre as condições sanitárias e as doenças epidêmicas, Bresciani destaca que: [...] vale dizer, ser bem menos dispendioso prevenir as doenças contagiosas do que arcar com as despesas para contê-la somadas ainda à perda de braços úteis para o trabalho, já que a taxa maior de mortalidade recaia fortemente na população operária. (BRESCIANI, 2014, p. 70)

Depreende-se a faceta higienista ligada ao processo de modernização que tinha como objetivo evitar maiores gastos para conter as doenças que afastavam o trabalhador da labuta

cotidiana, contribuindo desta forma para a inserção do estado no modelo nacional desenvolvimentista. Esses discursos circulavam nos mais diferentes periódicos no Brasil. Mesmo antes da posse do governador Alberto Tavares Silva, durante o mandato do seu antecessor João Clímaco D’Almeida, que realizava um governo de transição, em um editorial veiculado pelo jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, o articulista acentuava que a “assistência médico-hospitalar às populações é uma das maiores preocupações do atual governo, que está empenhado em dar as melhores condições físicas aos hospitais regionais de Floriano, Picos e Campo Maior”. (CORRÊIO DA MANHÃ, 1970, p. 9) Além disso, registrava que um outro problema que o governo tentaria solucionar era o de “levar o maior número de médicos para o interior, oferecendo a essas profissionais condições financeiras mais vantajosas além de outros atrativos”. (CORRÊIO DA MANHÃ, 1970, p. 9)

Essa prática de interiorização da medicina através do deslocamento de médicos para outros municípios perdurou no decorrer do mandato de Alberto Silva. De acordo com a mensagem enviada ao Poder Legislativo, em 1971 o governador declarou que “procurou-se estudar e dinamizar o problema sob dois ângulos: a Capital e o Interior” demonstrando assim as tentativas de organizar “as Unidades de Teresina e criar serviços ainda não existentes, como também estimular a política de interiorização da medicina”. (PIAÚÍ, 1971, p. 12) A capital funcionara como ímã,⁵ atraindo os sujeitos que almejavam melhores condições de vida e acesso a bens de serviço.

Teresina, desde finais do século XIX destacara-se em oferecer bons serviços na área da saúde⁶, contudo, pode-se perceber nos discursos do governador um desejo de fazer com que as populações da zona rural tivessem maior acesso aos cuidados médicos, sem necessariamente serem obrigados a se deslocar para a capital, ou outros centros urbanos maiores. Uma das razões que possivelmente justificariam essa prática política, seria o desejo de diminuir o fluxo populacional em Teresina. O governador continua seu discurso sinalizando que:

É pensamento do Governo descentralizar as atividades da Secretaria da Saúde. Para tanto, programou-se para o exercício de 1972 a criação de seis Centros Executivos Regionais nas cidades de Piripiri, Teresina, Picos, Floriano, São João do Piauí e Bom Jesus”. (PIAÚÍ, 1971, p. 12)

⁵ Para ver mais: ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁶ Para ver mais: BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. **O Experienciar da morte**: comportamentos frente à finitude em Teresina de 1900 a 1930. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2012. 230f.

Essa interiorização da assistência médica no Piauí fez parte do plano de governo de Alberto Silva, ao menos no campo discursivo. Em suas mensagens sugerira que “procurou se olhar o Piauí como um todo, empregando políticas de saúde compatível com o estágio de desenvolvimento do Estado”, (PIAÚÍ, 1971, p. 11) essa preocupação pode ser verificada, por exemplo, nos convênios estabelecidos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, que, de acordo com as palavras do governador, foi “traçando um paralelo da situação da saúde, entre a capital e o interior, não se teve dúvida em partir para uma política agressiva de interiorização da medicina”, essa política tinha como principal objetivo “criar condições de fixação do profissional nas cidades interioranas, ampliar e criar novos serviços de saúde”. (PIAÚÍ, 1971, p. 12)

As mensagens do governador são analisadas de modo comparativo com outras fontes históricas consultadas. Em uma reportagem que tinha como título: “em cada dois nordestinos, um morre ainda criança”, veiculada pelo Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, o articulista apontava para o alto índice de mortalidade infantil na região nordeste do país. De acordo com o editorial “no Piauí, cada uma das 114 cidades tem uma unidade sanitária: porém, apenas 14 funcionam perfeitamente”, a falta de funcionamento fazia com que “apenas 30% da população recebesse cobertura médica”. (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 7) O problema da distribuição médica afetava não apenas o Piauí, mas o Nordeste como um todo. Em um editorial de 1972 do JB o periodista indicava que “50% dos profissionais estão no Rio e em São Paulo, enquanto no interior há quase 2 mil municípios sem médicos”. (JORNAL DO BRASIL, 1972, p. 2) O presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Kassab fazia um alerta para esse problema:

Muito ativo, intensificou os trabalhos das comissões permanentes e especiais. A lei básica da Saúde, por exemplo, recebeu um estudo cuidadoso, na tentativa de corrigir alguns erros existentes no Brasil, como a inadequada distribuição de médicos no território nacional. Se na Guanabara há um médico para 350 habitantes, no Maranhão e no Piauí há um médico para 12 mil habitantes. (JORNAL DO BRASIL, 1971, p. 7)

O jornal *Correio da Manhã* noticiou sobre essa política de interiorização da medicina no Piauí em um artigo intitulado “Assistência médica para o homem do campo”, que indicava o “firmamento de um convênio visando à melhoria das condições de saúde dos trabalhadores rurais e seus dependentes, naquele Estado”, o projeto fazia parte de um “Plano de Interiorização de Assistência Médico-Odontológica do Estado do Piauí, a ser executado nos exercícios de 1972, 1973 e 1974”, período do mandato de Alberto Silva como governador, de acordo com o articulista a proposta “compreenderá atividades médico-sanitárias, consultas

médicas e de enfermagem, imunização, educação sanitária, controle de gestantes e “curiosas”, serviço ambulatorial e medidas de saneamento do meio”. (CORREIO DA MANHÃ, 1972, p. 2) O artigo veiculado no jornal do Rio de Janeiro, endossava as palavras do chefe do poder executivo local, no que se referia aos convênios firmados com órgãos de atuação nacional, como o já citado FUNRURAL, e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. As políticas sanitaristas postas em prática por Alberto Silva ganhavam força a partir dos investimentos que eram obtidos, conforme o governador:

Através do convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL – tem-se aplicado valiosa soma de recursos, - Cr\$ 2.688.300, 00 – quer financeiros quer em equipamentos objetivando a melhoria da rede hospitalar e maior e melhor assistência aos rurícolas do Estado. Para criação de pré-condições de saúde mantém-se o convênio com a SUDENE, o que tem possibilitado o treinamento de pessoal especializado: o Estado aplicou Cr\$ 210 mil e a SUDENE, Cr\$ 245 mil, no treinamento em apreço. A Secretaria de Saúde em 1971 firmou convênio com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional da Lepra, Fundação Serviço Saúde Pública e com os Sindicatos Rurais e PIPMO. (PIAUI, 1971, p. 11)

As mensagens do governador são fundamentais para a elaboração de um painel que auxilie na compreensão de diferentes elementos. O primeiro deles é que o Piauí, a partir dos convênios firmados com o governo federal, passava a ser um dos Estados que seriam beneficiados pelas políticas desenvolvimentistas com caráter de integração nacional em voga na década de 1970. Os valores apontados pelo governador em suas mensagens indicam que o investimento realizado pela SUDENE fora maior que a quantia aplicada pelo Estado do Piauí. Esse informe leva a percepção de um segundo elemento: se não fossem os valores investidos pelas políticas de integração nacional, com ênfase para o papel desenvolvido pela SUDENE, o governador teria maior dificuldade para promover suas ações no estado. Esse entendimento é relevante para a captura das contradições de Alberto Silva, que durante todo seu mandato se esforçou para “inscrever imagens na memória coletiva piauiense” (FONTINELES, 2015, p. 154) através de suas ações governamentais.

As políticas desenvolvimentistas, praticadas especialmente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, tinham como objetivo “uma maior internacionalização da economia brasileira e sua integração ao mercado capitalista internacional, mas mantendo o caráter salvacionista em relação a essa região”. (FONTINELES, 2015, p. 157) Assim sendo, o Programa de Integração Nacional -PIN visava promover o desenvolvimento de regiões como o Norte e o Nordeste. Nesse contexto a SUDENE passava a ter um relevante papel em “atacar

os problemas da região, que eram entendidos como problemas fundamentais para a integração de todo o país”. (FONTINELES, 2015, p. 157)

Categorias como desenvolvimentismo, integração nacional, progresso, modernização povoavam o imaginário brasileiro desse período, e um dos instrumentos utilizados para a promoção desses discursos foi a imprensa escrita. Em um editorial intitulado “Nova ordem de progresso”, veiculado pelo jornal diário teresinense *O Dia*, o articulista fazendo um trocadilho com o lema da bandeira nacional, afirmava que o Brasil experimentava um “clima de trabalho, solidariedade humana e progresso”, (O DIA, 1972, p. 3) o pretense sucesso que teria sido vivenciado no ano de 1971 “reforçaram as perspectivas e o otimismo de toda a gente para o novo labor de 1972”, o entusiasta periodista apontara, em sua narrativa, que o Piauí faria parte do desenvolvimento nacional:

O Piauí, contagiado por esse surto desenvolvimentista de prosperidade que assinalou o ano de 1971 no Brasil interior, apresentou um saldo acima das expectativas e passou a contar com o indispensável crédito dos demais Estados, refazendo-se dos prejuízos passados em que estava em grande descompasso com o desenvolvimento regional. Uma nova imagem surgiu e o seu progresso já é palpável. Resta, agora, em 1972, continuar o mesmo trabalho e fortificar sua capacidade de recuperação para situar-se em termo de igualdade com os níveis de desenvolvimento nacional. (O DIA, 1972, p. 3)

Como amostra desse “surto desenvolvimentista”, um outro editorial intitulado “Secretaria de obras comanda a operação progresso do Piauí”, promovera um balanço de todas as intervenções que vinham sendo realizadas “não apenas em Teresina, mas também no interior, de modo que se harmonizem os crescimentos urbanos e rurais”, conforme o periodista, essa descentralização das obras obedeciam um “princípio que atende as altas perspectivas do Governo Federal, na sua política de integração nacional”. (O DIA, 1972, p. 2) Foi destacado ainda um “convênio com a prefeitura, no valor de Cr\$ 3,600 milhões para obras de embelezamento urbano, construção do ambulatório do Hospital Getúlio Vargas, construção do Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas”, o interior do Estado também haveria sido beneficiado com a edificação do “Hospital de Piripiri e o Hospital de Bom Jesus do Gurgueia”. (O DIA, 1972, p. 2) Esses dados podem ser lidos a partir do entendimento de Bresciani sobre os processos de intervenção nos espaços públicos. De acordo com a historiadora, a partir do século XIX, processou-se a formação de “uma nova sensibilidade sensorial dos pontos de vista olfativo e visual que estabeleceria sólidos liames entre as intervenções nas cidades e a noção de embelezamento, a duradoura relação entre o belo estético e a limpeza”. (O DIA, 1972, p. 2)

Ao menos no campo discursivo, as políticas de integração nacional com o intuito de desenvolver o país, eram bem-sucedidas. Verifica-se no relatório de obras que havia sido publicitado pelo periódico de ampla circulação na capital piauiense, duas preocupações: o embelezamento urbano e a estruturação médico-hospitalar do Piauí. Mesmo com essa política de interiorização da medicina no Estado, as mensagens do governador indicavam uma notável preocupação com Teresina: “o fato de Capital Piauiense concentrar cerca de 13% da população (seguida de Parnaíba, com apenas menos de 5%), coloca-a em situação de prioridade com respeito aos demais núcleos populacionais”. (PIAUI, 1971, p. 15)

Esse “cuidado” com Teresina, por parte de Alberto Tavares Silva, contribuiu para que fossem direcionados maiores esforços na tarefa de desenvolver a capital do Piauí. No entanto, para que essa modernização fosse alcançada, seria preciso solucionar alguns dos “problemas urbanos” que afetavam o dia-a-dia de consideráveis parcelas da população pobre daquele período. Foi com esse título – “problemas urbanos” – que uma reportagem publicada pelo jornal *O Dia*, indicava que um dos empecilhos para embelezar a cidade havia sido em “partes resolvido com a construção de conjuntos residenciais na zona suburbana, alojando famílias em grande número, as quais não fossem as unidades habitacionais que os formam, estariam abrigadas em casebres e sem nenhuma higiene”. (O DIA, 1972, p. 3) A construção dos conjuntos habitacionais, são analisados a partir do que Bresciani sugere como: “uma primeira porta que desvenda a cidade enquanto *questão técnica*, conjugando o olhar do médico com o saber do engenheiro na observação/transformação do meio ambiente”. (BRESCIANI, 1992, p. 12) Essa porta permite enxergar o espaço urbano como um grande laboratório.

Ao analisar as permanências e rupturas nos estudos das cidades, Bresciani aponta que uma das primeiras tentativas de intervenção no meio ambiente remete a modernização autoritária de Paris, pelas mãos do prefeito Haussmann. A lógica de atuação do prefeito tinha na “ideia sanitária, um eixo do que se poderia considerar um começo de política habitacional”, visando transformar os hábitos cotidianos dos sujeitos pobres, tanto na esfera privada, quanto na pública. Adota-se essa compreensão para pensar o objeto: a construção dos conjuntos habitacionais, citados anteriormente, seria parte de um projeto disciplinador?⁷

Diferente de outras regiões da capital que foram beneficiadas com um considerável investimento em sua infraestrutura, como por exemplo, a Zona Leste, logo após a construção da Universidade Federal do Piauí, no ano 1971, outros espaços não tiveram a mesma sorte. O jornalista citado anteriormente indicava que os conjuntos habitacionais “não previram certas

⁷ Para ver mais: FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: Machado R, organizador. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal; 1984. p. 79-98.

necessidades emergentes da sua utilização e um desses problemas que ali aparecem é à falta d'água”, registra ainda que seria responsabilidade das autoridades competentes “evitar esse incomodo trabalho de esperar água dos chafarizes públicos”. Na continuidade de sua narrativa, ele concede alguns indícios sobre cotidiano dos trabalhadores pobres de Teresina:

[...] É às primeiras horas que o povo está disponível para essa atividade. E é justamente nessa hora que devem eles ser abertos ao público que já tem contra si a condição humilhante de começar o dia fazendo fila para apanhar água. Esse é um dos casos que está a exigir providências, ao lado de outros, mais relacionados com a vida e o trabalho das populações pobres. (O DIA, 1972, p. 3)

O cenário que se apresenta através do enunciado do articulista, descrevia como eram ocupados os espaços na malha urbana teresinense. Os problemas vivenciados pelas populações pobres sugeriam um contraste irreconciliável entre a cidades dos deuses (políticos, médicos e engenheiros), e a cidades dos homens (pedreiros, carroceiros, vendedores ambulantes e empregadas domésticas). A cidade imaginária, aquela construída no campo dos discursos do governador, dos médicos sanitaristas, ou dos articulistas que redigiam seus textos publicizados nos periódicos da capital anunciavam que Teresina experimentava um surto de prosperidade. Essa fartura, contudo, parece não ter chegado para as populações pobres. Nascimento acentua que:

A grande maioria dos migrantes e das pessoas que compunham as camadas pobres da cidade eram trabalhadores sem nenhuma formação profissional, a não ser aquela de trabalhar na roça e, por esta razão, detinham poucas possibilidades de conseguir se inserir no mercado de trabalho. Os homens tinham como saída a indústria da construção civil, na condição de ajudante de pedreiro ou enveredar pelo setor informal da economia, atuando como carroceiro, carregador e vendedor ambulante. As mulheres podiam trabalhar como empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras e/ou oferecer sua força de trabalho em olarias, comuns na zona Norte da cidade, na região das lagoas, local onde as crianças também trabalhavam diuturnamente para aumentar a renda familiar. (NASCIMENTO, 2011, p. 7)

Um grave problema social se apresentava. Houvera um *boom* populacional, milhares de sujeitos chegavam à cidade sem uma formação profissional e eram empurrados para a informalidade. A dificuldade de aumentar as rendas fazia com que a fome assolasse as famílias pobres que residiam na capital. Em uma reunião dos secretários de saúde dos estados do nordeste no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, o Sr. Dirceu Mendes Arcoverde – que viria a suceder o governador Alberto Silva – apontava que “o Piauí não foge ao quadro nordestino, onde os níveis socioeconômicos impõe obrigatoriamente distúrbios nutricionais”, de acordo com o então secretário, “50% da população nordestina” vivia um

cenário de vulnerabilidade alimentar, essa porcentagem era “constituída por gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos”. (JORNAL DO BRASIL, 1973, p. 1)

Maria Stella Bresciani, ao se debruçar sobre as experiências, sensibilidades e projetos que envolvem a cidade e o urbano, indica que a “tríade ‘pobreza - falta de higiene – doença’ e seus desdobramentos compõem a base sobre a qual se estrutura a questão urbana”. (BRESCIANI, 2014, p. 5) Esse argumento é tomado como suporte para verificar a relação entre os discursos e desejos de modernização e sua relação com as práticas higienistas. Nascimento acentua que a grande maioria dos pobres teresinenses não tinha formação para o mercado de trabalho, e essa falta de formação os compeliu a buscar ocupações informais. A consequente falta de recursos favoreceu o surgimento de favelas na capital piauiense, agravando ainda mais os problemas relacionados a assistência médica para a população pobre piauiense.

Direcionando-se para a conclusão do artigo, uma última matéria será analisada. Intitulada: “Saúde para o desenvolvimento é meta de Dirceu Mendes Arcoverde”, publicada pelo *Jornal do Piauí* em 19 de agosto de 1971, apresentava um longo editorial que detalhava os planos de ação do “Projeto de Saúde para o Piauí”, que tinha como principal meta “a ampliação e construção de unidades hospitalares, campanha das mais variadas visando ao bem da comunidade, convenio com entidades sindicais e outras medidas importantes para o Piauí”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) O editorial analisado se apresenta menos crítico as ações governamentais de Alberto Silva, indicando que o secretário de saúde do Piauí na época, o médico Dirceu Mendes Arcoverde, era um “homem de larga visão e de enorme espírito de sacrifício”, aponta ainda que dentro da equipe do governador, o secretário se tornara uma das peças que mais contribuía para a dinamização daquela administração.

Na continuidade do editorial seria detalhado um conjunto de ações a serem desenvolvidas no decorrer do mandato de Alberto Silva. O articulista revela que iniciaria a reportagem pelo interior do Estado “visto que ali certamente estão os principais problemas de saúde pública do Piauí”. A intensificação do processo de interiorização da medicina, iniciado em décadas anteriores, passou a ser visto como um elemento chave que proporcionaria o desenvolvimento econômico e social do Piauí. Para isso, o plano de ações elaborado e veiculado no “Projeto de Saúde para o Piauí” contava com medidas para a maioria das cidades de pequeno e médio porte do estado.

A reportagem indica que para a cidade de Valença do Piauí foi determinado “a mudança completa do teto para oferecer maior higiene. Também toda área de circulação e

enfermaria estão sendo azulejadas”. Para a cidade de Oeiras os investimentos hospitalares também se davam com a mudança do forro e o azulejamento das áreas de circulação e enfermaria. Já no município de Barras, o então secretário da saúde indicava que “o Hospital de Barras é um dos melhores do Estado. Já está todo equipado”, mesmo assim, nas palavras do secretário, seriam implantadas instalações “de um gabinete dentário para que esse nosocômio fique perfeito”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5)

Já para a cidade de Picos fora investido cerca de 110 mil cruzeiros em um ajardinamento, colocando azulejos nas áreas de circulação e enfermaria. Campo Maior estava sendo, pelas palavras do secretário, “ultimado os preparativos para inauguração do Hospital Regional de Campo Maior, que terá inicialmente 45 leitos”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) Para Floriano, o ministro admitia a necessidade de construção de um grande hospital, já que “o que existe atualmente – Hospital Miguel Couto – não satisfaz as necessidades e não oferece condições para a ampliação”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) O secretário prometia, de acordo com a reportagem, a construção de um grande hospital com capacidade para 145 leitos, tornando-se assim o maior hospital do interior do Estado. Por fim, para encerrar as obras que previa ampliação da assistência médica e interiorização da medicina, visando adequar o estado às políticas desenvolvimentistas, a reportagem indica que na cidade de São João do Piauí, o secretário havia “encontrado uma unidade mista de saúde que tinha tudo para ser um hospital”, e em acordo com a Assembleia Legislativa, “transformaria aquela unidade em um hospital para celebrar convênio e receber ainda mais recursos”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5)

As informações contidas no editorial são analisadas a contrapelo. Cabe destacar que houvera uma ampliação da assistência médica nesse recorte temporal. Porém, o entendimento que surge é que essa política de interiorização da medicina não alcançou grande parte da população rural do Piauí e que essa reportagem pode ser analisada como uma peça publicitária do governo.

No texto biográfico produzido por Zózimo Tavares a respeito de Aberto Silva indica que no primeiro ano de governo apenas “28 municípios eram completamente desprovidos de assistência médica, ao passo que, ao final do governo, todos os municípios contavam com esse serviço essencial”. (TAVARES, 2018, p. 206) Ainda sobre as estratégias de interiorização, o texto revela uma ação estratégica do governador para suprir o estado deficitário da saúde no Piauí:

O Piauí tinha uma rede de saúde precária, no início dos anos 1970. O governador Alberto Silva tomou conhecimento que o governo da Inglaterra estava vendendo hospitais completos para o terceiro mundo. Ele não teve dúvidas: foi buscar os hospitais, todos pré-moldados, em ferro e alumínio, em estilo moderno e avançado para época. O Governo do Piauí comprou três desses hospitais. Em Teresina, montou uma nova maternidade, pois a maternidade São Vicente de Paulo, além de antiga, já não mais atendia às necessidades da capital. Os outros dois hospitais foram construídos em Picos e Floriano com denominação de Hospitais Regionais Justino Luz e Tibério Nunes, respectivamente. Eram hospitais de campanha, porém, tão modernos e completos que nada falta em sua embalagem de entrega, desde aventais dos médicos e dos enfermeiros a peças de cama, tudo em linho do mais alto padrão. (TAVARES, 2018, p. 206)

No trecho acima citado, alguns aspectos merecem ser destacados. O primeiro deles é o reconhecimento da precariedade da rede de saúde piauiense, seja em sua capital ou nos municípios do interior. O segundo aspecto relevante foi a solução encontrada pelo então governador para atender as necessidades médicas no interior do Estado. A compra dos hospitais pré-moldados supriu, em um primeiro momento, a deficiência no que fazia referência a assistência médica nas cidades distantes da capital. Destaca-se também que Picos, ainda nos dias atuais, conta com a mesma estrutura no Hospital Justino Luz, passando por esporádicas reformas. Um terceiro aspecto pertinente diz respeito a ênfase a ideia de moderno que é dada pelo jornalista responsável pela escrita da biografia, ao se referir aos hospitais adquiridos.

A parte final do editorial citado anteriormente fazia referência as propostas para a saúde da capital. Conforme o articulista, Teresina também experimentava as ações da Secretaria de Saúde, iniciando pela reforma da própria Secretaria, que de acordo com a reportagem “era possivelmente a mais mal instalada das Secretarias do Estado”. Além das mudanças na estrutura da secretaria, houvera a reforma no Centro de Saúde da capital, no Instituto Alvarenga, na Colônia de Psicopatas, no Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, na compra de ambulatórios e no Hospital Getúlio Vargas, assim como em campanhas de vacinação. O texto aponta que os recursos vinham de convênios federais, o que favoreciam a execução dessas obras. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5)

Considerações finais

À guisa de conclusão surgem questionamentos que atravessaram toda a produção desse texto: até que ponto os discursos veiculados pelos mais diferentes meios, como a imprensa de ampla circulação e as mensagens governamentais, se relacionavam com a realidade experienciada por um amplo conjunto populacional que habitava o Piauí durante

esse contexto? Qual a relação entre saúde e desenvolvimentismo? Como também, como é possível perceber a relação entre as políticas sanitárias e os processos de modernização no Estado? Foi em busca de respostas a essas inquietações que as fontes históricas consultadas e as demais produções historiográficas auxiliaram na construção de uma trama. No que se refere a fronteira entre os discursos e a realidade, o texto da historiadora Talita Kamache indica que:

Os centros sociais passaram a oferecer os serviços de saúde em suas instalações, dessa forma considera-se que pelo menos em tese a assistência à saúde das pessoas mais pobres estava recebendo uma melhor atenção e investimento. Porém, não se pode deixar de considerar que o momento sócio histórico que Teresina e o Piauí viviam pedia uma propaganda ativa das ações do governo, mesmo que na prática não fosse encontrado o que o papel dizia. (LIMA, 2015, p. 113)

Pode-se inferir, a partir do fragmento textual acima citado, assim como das diversas fontes que atravessaram a feitura do artigo, que havia uma discrepância entre o que era veiculado em alguns meios de comunicação, e os próprios discursos do governador, com a realidade que assolava as populações pobres do Piauí. É perceptível que havia uma relação entre as políticas de assistência médica, inclusive com projetos de interiorização da medicina, com os ideais desenvolvimentistas que circulavam pelo Brasil nesse recorte temporal.

Um outro aspecto que merece destaque é o entendimento que os diferentes investimentos que seriam realizados na dimensão sanitária do Piauí tinha como um dos principais intentos proporcionar a saúde para os trabalhadores urbanos e rurais para que os mesmos gozassem das condições necessárias para continuar trabalhando em suas respectivas localidades, contribuindo para o crescimento econômico do Piauí e consequente inserção do estado nas práticas desenvolvimentistas que circulavam o imaginário político e social da época.

Essa relação entre saúde e desenvolvimentismo permitiu ao chefe do poder executivo local promover algumas das obras visando interiorizar a medicina no Piauí, já que o número de municípios no estado que contavam com a assistência médica era, comparativamente, bem inferior a outros estados do Brasil. Os acordos que possibilitaram a obtenção de recursos oriundos da esfera federal, como por exemplo da SUDENE, favoreceram a realização de algumas dessas obras, auxiliando ainda na consolidação da figura política do então governador, Alberto Tavares Silva.

A ideia dos dirigentes políticos e intelectuais da nação é que o Brasil alcançaria o desenvolvimento, modernizando os espaços urbanos, e para isso foi empregado esforços nessa

empreita. Nesse intuito, pode-se captar a relação entre saúde, desenvolvimento e modernização dos espaços urbanos. A construção dos conjuntos habitacionais pode ser analisada como tentativas de adequar a capital a esse ideal de espaço urbano moderno e desenvolvido, retirando do centro parcelas consideráveis da população pobre e alocando-os em uma outra faixa territorial da cidade. Contudo, esses processos contribuíram, em larga escala, para aprofundar as desigualdades, disciplinar os corpos, e demarcar os limites de acesso as cidades.

Referências

- BRESCIANI, Maria Stela Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A. e GOMES, M. A. A. de F. (Org.). **Cidade e História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA-FAU, ANPUH, 1992.
- _____. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Cidade e História. IN: CIDADE: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **História e Desafios** /, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- _____. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **URBANA**, V.6, nº 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP. p.70.
- BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. **O Experienciar da morte: comportamentos frente à finitude em Teresina de 1900 a 1930**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2012. 230f.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: Machado R, organizador. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal; 1984. p. 79-98.
- LIMA, Talita Kamache Rodrigues de. **Saúde e progresso: o discurso da imprensa teresinense sobre a saúde pública e modernização da cidade (1971-1975)**. 146f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI-PPGHB, Teresina, 2015.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017.
- MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. 235f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI-PPGHB, Teresina, 2010.
- MORAES, Lívia Suelen Sousa. **Saúde Materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- NASCIMENTO. Francisco de Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan. –jun., 2007.
- _____. **Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 2.ed. São Paulo: HUCITRC, 1979.
TAVARES, Zózimo. **Alberto Silva**: uma biografia. – Teresina: Bional Editora, 2018.

Fontes

A cidade ameaçada. **O Dia**. 2 de março de 1972, p.1.
Assistência médica para homem do campo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 16 de março de 1972.
Em cada dois nordestinos um morre ainda criança. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1974.
Gente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 11 de agosto de 1971.
Nova ordem de progresso. **O Dia**. Teresina. 1 de janeiro de 1972.
O Piauí do momento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 1970.
PIAUI. **Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**. Teresina, mar. 1971. p.12.
População ribeirinha ameaçada por doenças estranhas. **Jornal do Piauí**. Teresina. 16 de julho de 1971.
Problemas Urbanos. **O Dia**. Teresina. 4 de janeiro de 1972.
Saúde para o desenvolvimento é meta de Dirceu Mendes Arcoverde. **Jornal do Piauí**. Teresina. 19 de agosto de 1971.
Secretaria de obras comanda operação progresso no Piauí. **O Dia**. Teresina. 2 de janeiro de 1972.
Secretários foram ao INAN falar de fome no Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 12 de abril de 1973.
Teresina, progresso e poluição. **O Dia**. Teresina. 1º de novembro de 1971.
Vagas de cursos médicos deverão ser limitadas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 20 de julho de 1972.

Recebido em: 05 de setembro de 2020.

Aprovado em: 15 de janeiro de 2021.